



19 e 20 de setembro de 2016

Câmara dos Deputados
Brasília - DF

A REPRESENTAÇÃO FEMININA EM DUAS DÉCADAS DE LEGISLAÇÃO AFIRMATIVA E EM UMA DÉCADA DE PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO

Ana Lúcia Henrique¹; Fernanda Rocha Zanette²

¹Câmara dos Deputados, Brasília, DF

E-mail: ana.gomes@camara.leg.br

²Câmara dos Deputados, Brasília, DF

E-mail: fernanda.zanette@camara.leg.br

Palavras-chaves: Representação Feminina; Participação Política; Cotas para Mulheres; Parlamento Jovem; Teto de Vidro.

RESUMO

As mulheres correspondem a 52% do eleitorado brasileiro. No Congresso Nacional a bancada feminina trazida pelas urnas em 2014 é de 10% (51/513), na Câmara dos Deputados, e de 18% (5/27) no Senado Federal. As origens da sub-representação são anteriores ao pleito. A legislação eleitoral brasileira prevê cotas compulsórias mínimas por sexo, desde 1995, quando a Lei 9.100 regulou as eleições municipais de 1996, reservando para as mulheres 20% das vagas dos partidos e/ou da coligação para a câmara de vereadores (BRASIL, Lei 9.100, 1995, art. 11, §3º). Os partidos, entretanto, alegam que as mulheres não se interessam pela política e, por isso, não preenchem nem mesmo a cota mínima de 30% por sexo nas listas de candidatos para eleições proporcionais.

Embora a representação feminina em termos descritivos na política ainda seja baixa, há um constante aumento da participação das mulheres nacionalmente e internacionalmente em cargos públicos e em altos postos de decisão (Norris & Krook, 2011). No Brasil, as mulheres são mais escolarizadas que os homens. Entre as mulheres ocupadas com 16 anos ou mais a média é de 9,5 anos de estudo contra 8,2 dos homens na mesma faixa etária (IPEA, 2013). Também se observa um aumento na valorização da política e no ativismo político feminino, principalmente entre as mulheres na faixa de 35 a 44 anos, com escolaridade da

quinta série ao ensino médio, pertencente à População Economicamente Ativa (PEA) e dentro do mercado de trabalho, como aponta pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2010) 1.

A análise da representação feminina no Parlamento Jovem Brasileiro (PJB) põe por terra as hipóteses que relacionam a baixa representatividade feminina à falta de preparo e de interesse da mulher pela política. Nas dez edições do programa que simula uma jornada parlamentar na Câmara dos Deputados entre estudantes secundaristas, as mulheres têm participação praticamente paritária (48,5%), sendo que em quatro das dez edições do programa desde 2004 foram maioria. O ingresso ao PJB se dá por uma seleção de projetos de lei, ou seja, por meritocracia.

A pesquisa evidencia a crescente participação política da mulher brasileira. O aumento do número de candidatas não só nos pleitos proporcionais como também na disputa por cargos majoritários, como o de Presidente da República e o de senador, quando não há a obrigatoriedade das cotas, sinaliza que as ações afirmativas acabam tendo um efeito na política de presença.

A reeleição de uma mulher para o principal cargo político, a Presidência da República, em 2014, em um pleito onde pela segunda vez quase dois-terços dos eleitores votaram em uma mulher no primeiro turno, derrubou por terra o mito de que mulher não vota em mulher (Henrique, 2015). Além disso, o aumento maior, crescente e constante do número de eleitas na renovação de um-terço do Senado Federal revela perspectiva alvissareira: mais partidos e coligações estão escolhendo mulheres como sua única candidata (Henrique, 2016). Da mesma forma, os dados apontam possíveis razões para o sucesso das candidaturas femininas. A questão econômica é fundamental para a participação política e social das mulheres, que ganham menos e são minoria na População Economicamente Ativa (PEA). Quando bem recrutadas e apoiadas pelos partidos, como ocorre nas eleições majoritárias de candidatura única, as mulheres tendem a ter chances maiores de sucesso nas eleições.

O teto de vidro aparece na simulação e no parlamento real. A participação feminina na Mesa Diretora Jovem cai para 38,6%, mas em três das oito edições as mulheres alcançaram a presidência. Embora hoje tenhamos uma mulher presidenta da República (eleições

¹ Pesquisa “Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado” Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/cap6.pdf>. Acesso em: 31 maio, 2016.



19 e 20 de setembro de 2016

Câmara dos Deputados
Brasília - DF

majoritárias) nunca tivemos uma mulher na presidência da “Casa de todos os brasileiros”, sendo que o cargo mais alto alcançado foi o de vice-presidente, na 54ª Legislatura (2011-2015).

Ancorado nesta perspectiva, a presente pesquisa reflete sobre as razões da baixa representação feminina nas *legislaturas* a partir da comparação entre a representação das mulheres no Congresso Nacional desde a última bancada antes da introdução da lei de cotas até a atual legislatura (bancada eleita entre 1994 e 2014) e no Parlamento Jovem Brasileiro (PJB), desde a sua primeira edição, em 2004, até 2014.

A comparação entre a representação feminina no Parlamento Jovem e no Congresso Nacional permite-nos concluir que, no Brasil o sistema proporcional, que prefere a representatividade e pretere a governabilidade, não tem sido fiel ao gênero. Vencida à barreira do ingresso, o chamado “teto de vidro” continua presente na simulação e na vida real, onde a presença dos homens nos cargos de decisão é mais alta. A pesquisa sinaliza que o principal gargalo, portanto, não está na falta de preparo ou de interesse da mulher pela política, mas sim na falta de apoio, de recursos e no monopólio do recrutamento pelos partidos, onde, como no Congresso Nacional, os homens têm maioria. As decisões, em ambas as instituições são alcançadas por majorias numéricas. Logo, sem uma significativa representação descritiva, não é possível ultrapassar o “teto de vidro” ou avançar substantivamente.

Ao contrário da maioria dos trabalhos, o presente estudo enseja perspectiva positiva para a representação feminina. Corroboram achados internacionais que apontam a paridade entre os sexos nas associações de jovens, sinalizando mudança cultural nas novas gerações. Da mesma forma sinaliza avanços no sucesso eleitoral das mulheres em eleições majoritárias, onde as candidatas que adquiriram expertise em outros pleitos recebem mais apoio e recursos e, portanto, são mais bem sucedidas. Sendo assim, tudo indica que, ao contrário do que alegam os partidos, mulher gosta sim de política. O que mulher não gosta é da forma como a política tem sido controlada pelos homens, desde a Grécia Antiga, até os dias de hoje.

REFERÊNCIAS:

HENRIQUE, Ana L. **Protagonists or outcomes? Assessing Women's Representation Developments from the Brazilian 2014 Presidential Race Case.** *International Congress of the Latin American Studies Association (LASA)*, 2015, San Juan, Puerto Rico.



19 e 20 de setembro de 2016

Câmara dos Deputados
Brasília - DF

HENRIQUE, Ana L. **Quem disse que mulher não gosta de política? Uma análise da representação feminina em uma década de Parlamento Jovem Brasileiro.** Cadernos da Escola do Legislativo. No prelo.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. IPEA, 2013.

Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html>. Acesso em 22 de julho de 2016

NORRIS, Pippa; KROOK, Mona L. **Gender Equality in Elected Office: a six-step action plan.** Handbook on Measures for Promoting Women's Participation, Varsóvia, pp. 1 – 68, OSCE, 2011.